

CDL Salvador e FCDL Bahia são contra o lockdown e a favor de medidas alternativas para enfrentar a pandemia

Em reunião com prefeito, instituições deixaram claro a não concordância com fechamento total e fizeram apelo pela abertura de lojas, mesmo que em horário reduzido; decisão do executivo será tomada neste fim de semana

A **CDL Salvador** e a **FCDL Bahia** estiveram em reunião nesta sexta-feira (05), com o prefeito de Salvador, Bruno Reis, e **manifestaram posição contrária ao lockdown**, o fechamento obrigatório de atividades comerciais. Foi feito um apelo ao gestor pela abertura de lojas, ainda que se tenha que negociar alguma redução de horário.

O prefeito foi cobrado pelas entidades pelo compromisso firmado de abertura do comércio na segunda-feira (08). Numa reunião feita dia 01/03, o gestor deu duas opções ao varejo: emitir decretos a cada 48h, mantendo o fechamento enquanto as taxas de UTI estivessem altas, ou seguir com tudo fechado por cinco dias ininterruptos, para abrir na segunda-feira, dia 08, independente do número de ocupação de leitos. As entidades optaram pela segunda opção por causa do compromisso de ter uma data definida de abertura das lojas.

No entanto, a informação que o executivo deu nesta sexta-feira foi de que esse compromisso não seria atendido se os números da covid continuassem subindo. Ele ficou de analisar os últimos números com o governador e a decisão sobre abertura (ou não) será comunicada neste fim de semana.

As instituições deixaram claro para o gestor que não poderiam continuar a ver empresas quebrarem, como tem acontecido desde o início da pandemia. No ano passado, o setor contou com pagamento parcial da folha pelo Governo Federal e alguns empréstimos foram obtidos. Hoje, as empresas não tem mais esse tipo de apoio, nem nenhum outro, e estão sem condições de se manter.

As entidades reforçam as medidas já propostas para evitar o radicalismo do lockdown: aquisição urgente de vacinas pelo governo; abertura de novos leitos; rígida punição para quem promove aglomerações irresponsáveis; apoio à criação de comitê público-privado para discutir medidas de combate à pandemia; parcelamento tributário para a sobrevivência das empresas; e concessão de linhas de crédito sem burocracia.